

Adiado o pacote.

*Economia
Brasil*
por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

terá de desembolsar quase Cr\$ 110 trilhões e, se não se considerar esse montante no momento de combinar as diversas formas de financiamento, o Banco Central acabará tendo de colocar mais títulos ou emitir mais moedas ao longo do ano.

O lance mais audacioso do ministro da Fazenda, de congelar a tabela progressiva do IR na fonte, justificam seus assessores, "pode ser cruel, mas tem sua lógica econômica". Ou seja, de certa forma o governo estaria retirando do funcionalismo público o generoso aumento de salários concedido no final do ano passado e mesmo neste último reajuste de 89,2%, que custará aos cofres públicos um desembolso de Cr\$ 46 trilhões a título de pagamento de pessoal.

O presidente José Sarney, porém, não está disposto a desgastar-se politicamente com o prolongado congelamento da tabela progressiva. Somente nessa quinta-feira é que se encherá a opção final do presidente da República, após um despacho com o ministro do Planejamento e, certamente, uma convocação de Dornelles ao Palácio do Planalto. "O presidente está procedendo a uma exaustiva avaliação política das alternativas técnicas que lhe foram sugeridas", concluiu uma das fontes consultadas por este jornal.

Adiado o

GAZETA MERCANTIL

pacote para 5ª feira

*Economia
Brasil*
por Cláudia Safatle
de Brasília

O presidente José Sarney decidiu retardar para quinta-feira o anúncio do pacote econômico de contenção do déficit público. Na reunião com os ministros na última sexta-feira, pediu-lhes que encontrassem alternativas à proposta de congelamento da tabela progressiva do Imposto de Renda, para evitar penalizar os contribuintes pessoas físicas.

Na semana passada, pensava-se em poupar o presidente do desgaste de um anúncio público das medidas de austeridade. O presidente, no entanto, está propenso a enfrentar o problema fazendo um pronunciamento solene sobre as diretrizes de curto prazo que o governo acionará para reduzir o déficit potencial do setor público.

Há fortes indícios de que não aprovará o congelamento da tabela progressiva do Imposto de Renda

que o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, pretendia aplicar até dezembro e, posteriormente, ficou negociado que duraria até setembro. Essa decisão, que engordaria em Cr\$ 1 trilhão os cofres públicos a cada mês, poderá vigorar apenas neste mês de julho.

As indefinições na montagem do pacote de aperto econômico refletem as diferenças de postura dos ministros da Fazenda e do Planejamento, João Sayad. Dornelles esperava que Sayad usasse a tesoura nos Cr\$ 24 trilhões de despesas das empresas estatais, sobre o orçamento já revisto de Cr\$ 309 trilhões. A Seplan, porém, pretendia cortar Cr\$ 15 trilhões nos investimentos e custeio das estatais, arranjando mais uns Cr\$ 8 trilhões de receita mediante a recomposição tarifária dos serviços do setor público. "Se a Seplan quer recompor as tarifas públicas, é melhor que o Ministério da Fazenda lhe devolva a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP) e deixe aos seus cuidados a política de controle da inflação", retrucou uma qualificada fonte do Ministério da Fazenda.

Diante da resistência da Seplan em aprofundar o corte nas estatais, o ministro da Fazenda começou a jogar, há três semanas, com o congelamento da tabela progressiva do Imposto de Renda. Na alternativa do ministro da Fazenda, o peso da conta recairia sobre os trabalhadores que percebem acima de cinco salários mínimos, já que os descontos na fonte até quase Cr\$ 100 mil serão desprezados. Portanto, os ganhos de um a cinco salários mínimos por mês serão isentos do desconto do Imposto na fonte. Mesmo que não seja implementado o congelamento da tabela do IR até setembro, essa isenção deverá vigorar.

na Previdência Social quanto nos subsídios ao açúcar e álcool, totalizam-se Cr\$ 45 trilhões.

Esse montante, aliado a mais Cr\$ 22 trilhões de emissão de moeda (prevendo-se uma expansão de 150% na base monetária) e Cr\$ 25 trilhões de colocação líquida de títulos públicos no decorrer do ano, ascenderia portanto à cifra de Cr\$ 92 trilhões de déficit público já financiados. Mas também aí prevalece uma divergência entre a Seplan e o Ministério da Fazenda. Enquanto Dornelles, preocupado com o desembolso efetivo que terá de promover ao longo do ano, trabalha com um déficit de caixa potencial de Cr\$ 109 trilhões, a Seplan opera com o conceito de déficit operacional, previsto em Cr\$ 70 trilhões conforme o conceito já assimilado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A escolha de um conceito não inviabiliza o outro, necessariamente. São duas contas diferentes, mas o Ministério da Fazenda justifica que, como o caixa do governo

(Continua na página 3)

Somados Cr\$ 24 trilhões de corte de despesas nas empresas estatais mais Cr\$ 15 trilhões de aumento de receita fiscal (sendo Cr\$ 14 trilhões adicionais com as medidas tributárias adotadas na última sexta-feira sobre as letras de câmbio, open e overnight, entre outras, e mais Cr\$ 1 trilhão do congelamento da tabela do IR em julho) e outros Cr\$ 6 trilhões de economias tanto